



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

- Quais são os índices estatísticos do antes e depois da presença das Forças Armadas que mostram sucesso da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro?
- Quais foram os investimentos em infraestrutura feitos nos 10 meses de intervenção que ficou como legado para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro?
- Quanto custou ao governo federal os 10 meses de intervenção no Rio de Janeiro e como os recursos foram gastos?
- Do orçamento total reservado pelo governo federal para a intervenção, quanto foi efetivamente gasto?
- Quantas pessoas foram mortas no Rio de Janeiro durante o período da intervenção na segurança pública?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018 as Forças Armadas comandaram a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro por determinação do Presidente da República.

Foram 10 meses em que as Forças Armadas estiveram no comando da Polícia Militar e com o emprego da tropa e sua estrutura auxiliaram policiais em operações de combate a criminalidade.

A população reconhece uma sensação de maior segurança com a presença mais ostensiva de policiais e soldados nas ruas. Especialistas em segurança pública alertaram para o fenômeno “espanta baratas”. Ou seja, há uma acomodação da criminalidade, uma redução temporária de crimes enquanto dura a intervenção, que não pode ser permanente, e quando a operação termina e os militares se recolhem aos quartéis, a criminalidade volta a assumir seus postos.

Pouco mais de um ano depois do fim da intervenção federal, a população do Rio continua refém do crime organizado que parece ter aproveitado o tempo para fazer chegar seus tentáculos a outros estados da federação.

Organizações criminosas conhecidas no sudeste hoje se instalaram no norte e nordeste ampliando sua influência em estados mais periféricos, mas não menos lucrativo para o crime organizado. O pânico se espalhou para outras cidades brasileiras sem diminuir na população fluminense.

De fato fica cada vez mais claro que o combate é apenas uma parte das políticas de segurança pública a que os governos estaduais e o governo federal precisam se ocupar. Políticas de emprego e renda, políticas sociais, inclusão das comunidades mais pobres ao sistema educacional, às políticas de saneamento e saúde, inclusão de todos os brasileiros no desenvolvimento econômico do país, são políticas públicas que dependem de decisões políticas dos governantes e que a médio e longo prazos serão capaz de reduzir os índices de violência e criminalidade, facilitando o trabalho da segurança pública.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro da Defesa que envie, no prazo mais breve possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2020.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC